

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , de 2015

(Do Sr. Paulo Abi-Ackel)

Solicita informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, sobre o percentual autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, referente ao reajuste das tarifas de energia elétrica e o percentual solicitado pelas Companhias Energéticas.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, pedido de informações atualizadas dos seguintes questionamentos:

- a) Qual o verdadeiro percentual autorizado pela ANEEL referente ao reajuste das tarifas de energia elétrica e quais suas justificativas?
- b) Qual o real percentual de aumento de energia elétrica solicitado pelas Companhias Energéticas, com suas devidas justificativas técnicas e financeiras?
- c) Haverá variação de reajuste nas contas de região para região, de distribuidora para distribuidora, quais são as justificativas técnicas financeiras e políticas?

Para tanto, solicitamos ao Senhor Ministro documentos que comprovem o percentual autorizado pela Aneel e o percentual solicitado por aquelas companhias energéticas.

## JUSTIFICAÇÃO

Justificamos o requerimento ora apresentado devido às muitas notícias nos meios de comunicação que têm afirmado que as contas de energia elétrica devem subir, em média, 40%, em 2015, segundo estimativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentada à presidente Dilma Rousseff e aos novos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e de Minas e Energia, Eduardo Braga. Pelo visto, o aumento é bem superior ao que consta no relatório de inflação do Banco Central, que previa alta de 17% e pode representar um acréscimo de 1,2 ponto percentual no índice de inflação (IPCA) deste ano. Conforme foi apresentado pelo jornal Valor Econômico, a Aneel já definiu como certo o fim da ajuda do Tesouro Nacional às elétricas. Ajuda essa que foi adotada como política de auxílio para evitar que as empresas quebrassem diante do aumento exponencial de custos e o minguado caixa, em pleno ano eleitoral. Por fim, com base na matéria publicada, em 03/03/2015, na Folha de São Paulo, intitulada:

***Após alta de 32%, Aneel prevê novo reajuste médio de 10% na energia***

*O aumento médio de 32% na conta de luz dos brasileiros aprovado na semana passada não encerrou a escalada dos preços da energia neste ano.*

*Cálculos da Superintendência de Gestão Tarifária da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), obtidos pela **Folha**, dão como certo um novo reajuste médio de 10% sobre as tarifas ao longo do ano, que afetará os consumidores de baixa tensão, como residências urbanas e rurais.*

*O percentual diz respeito à média dos reajustes ordinários das tarifas. Esse tipo de correção já é prevista e ocorre uma vez por ano para todas as empresas de distribuição do país. Portanto, afeta todos os consumidores.*

*É por meio do reajuste ordinário que se corrige a inflação, alterações no custo dos encargos setoriais, dos contratos de compra de energia ou ainda as despesas com manutenção e operação.*

*Para cada uma das 64 distribuidoras há uma data específica para a análise e aprovação dos novos preços, que ocorre sempre entre fevereiro e dezembro –o processo já teve início, com aumentos que chegaram a superar 40%.*

## **AJUSTE DUPLO**

*Neste ano, excepcionalmente, o governo Dilma Rousseff permitiu que fossem feitas duas correções das tarifas de energia. Além do reajuste ordinário, também foi feito um extraordinário.*

*Aprovado na sexta-feira passada (28), esse aumento atípico repassou para a tarifa dos consumidores o gasto integral do setor em 2015, que inclui os pagamentos dos programas sociais (como Luz para Todos e as tarifas especiais para baixa renda), além dos gastos com indenização de concessões e compra de combustíveis para as usinas térmicas.*

*Como esses gastos são muito elevados –R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 18,9 bilhões pagos pelos consumidores–, as distribuidoras solicitaram repasse imediato para as tarifas.*

*A conta ficou alta porque, neste ano, o Tesouro Nacional decidiu não fazer injeção financeira no fundo do setor. Ainda em janeiro, o Ministério da Fazenda mandou cortar o repasse previsto de R\$ 9 bilhões para essa conta.*

*Isoladamente, o reajuste extraordinário teve impacto de 23,4% sobre o preço da energia. Junto com ele, a Aneel também elevou o preço das bandeiras tarifárias, elevando o aumento para 32% em meses mais críticos, de bandeira vermelha.*

*Por meio do sistema de bandeiras, o governo pode elevar mensalmente as já aumentadas tarifas de energia. A ideia é repassar de imediato os gastos maiores com compra de energia em tempos de crise, como os atuais, em que a seca prejudica a geração hidrelétrica.*

*A bandeira vermelha, que está em vigor, subiu de R\$ 3 a cada 100 kWh consumidos para R\$ 5,50 (alta de 83%).*

*Antes de aprovados os reajustes, o ministro Eduardo Braga afirmou que, no ano, o aumento da luz não superaria 40% e o das bandeiras não ultrapassaria 50%.*

*Para algumas empresas, como a AES Sul (que atende parte do interior gaúcho), o tarifaço já chega a 48% antes da aprovação do reajuste ordinário. Para a Eletropaulo –que serve a cidade de São Paulo–, o aumento está em 40,4%, incluindo a bandeira vermelha. (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1597178-apos-alta-de-32-aneel-preve-novo-reajuste-medio-de-10-na-energia.shtml> )*

Conforme disposto na referida matéria, o governo Dilma Rousseff permitiu que fossem feitas duas correções das tarifas de energia. Além do reajuste ordinário, também foi feito um extraordinário. Qual relação tem esse fato com os empréstimos em 2014 de 17,8 bilhões de reais às elétricas, conta que ainda será paga pelos consumidores brasileiros?

Segundo a Revista Veja de 14/01/2015, “o reajuste nas contas variam de região para região, de distribuidora para distribuidora, e podem, segundo o Valor Econômico, ter um peso ainda maior para as indústrias do Nordeste. Isso porque o Ministério de Minas e Energia sugeriu à presidente por fim em um contrato que expira em junho com a Chesf e, há trinta anos, permite que a companhia venda energia elétrica a preços menores (um terço do habitual) para as indústrias eletrointensivas na Bahia, Alagoas e Pernambuco.”

Diante do exposto, com vistas à fiscalização e controle das ações desenvolvidas nesse campo e objetivando o bem-estar da sociedade brasileira, apresentamos o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2015.

Deputado Paulo Abi-Ackel

PSDB/MG